

EDITAL Nº 12 - PROGEP/UFMS, DE 23 DE JANEIRO DE 2024
CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - 2024

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progep, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital nº 10/2024 - PROGEP/UFMS, torna pública a Complementação do respectivo Edital, conforme exposto abaixo:

1 - Incluir no Anexo V - ESPECIFICAÇÃO DAS VAGAS - REGIME DE TRABALHO, LOTAÇÃO, CLASSE, PROGRAMA (COM MENÇÃO À EXIGÊNCIA DE MEMORIAL DESCRITIVO, QUANDO FOR O CASO) E BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CPCX - Campus de Coxim

VAGA [820]

Nº DE VAGAS	REGIME DE TRABALHO	CLASSE
1	Dedicação Exclusiva	Adjunto A
FORMAÇÃO ACADÊMICA		
Graduação em Direito; e Doutorado em: Área de Avaliação: Direito.		
PROGRAMA		
Ciências Sociais Aplicadas / Economia / Teoria Econômica / Economia Geral		
1. Teoria geral do delito: tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade; 2. Punibilidade e prescrição penal; 3. Crimes contra o patrimônio; 4. Inquérito policial e outras formas de investigação; 5. Ação penal;		
6. Prisões provisórias e medidas cautelares em processo penal; 7. Recursos em matéria penal; 8. Formas consensuais de solução de conflitos; 9. Princípios constitucionais do processo; 10. Acesso à justiça, competência e jurisdição.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
Alvim, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo. Ed. 23. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Bitencourt, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, V. 1 Parte Geral. Ed. 25. São Paulo: Saraiva, 2018. Lopes Junior, Aury Celso Lima. Direito Processual Penal. Ed. 17. São Paulo: Saraiva, 2020. Mancuso, Rodolfo de Camargo. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Marcão, Renato. Curso de Processo Penal. Ed. 3. São Paulo: Saraiva, 2017. Nucci, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal, V. 1 Parte Geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal. Ed. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Pacelli, Eugênio; Cordeiro, Nefi; Reis Junior, Sebastião dos (Coord.). Direito Penal e Processual Penal Contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2018. Prado, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro Parte Geral e Parte Especial. Ed. 18. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Rangel, Paulo. Direito Processual Penal. Ed. 28. São Paulo: Atlas, 2020. Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, V. 1 Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento, Procedimento Comum. Ed. 61. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		

2. Incluir no Anexo VI - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS E EXAMES PARA ADMISSÃO:

20. - Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a vaga 820.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

EXTRATO DE ACORDO

ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO Nº. 14/2023
 Processo nº: 23110.020976/2022-71 PARCEIRA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.
 PARCEIRA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, CNPJ: 83.052.191/0004-05. Objeto: Parceria para a execução do Projeto Compatibilidade de estratégia de controle químico e biológico da cigarrinha do milho, inseto vetor das doenças do complexo de enfezamentos: bases para o manejo sustentável deste patossistema. Fundamento Legal: Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei 8.958 de 20 de dezembro de 1994 regulamentada pelo decreto 7.423 de 31 de dezembro de 2010. Vigência: 31 meses a partir da publicação. Data de assinatura: 29/11/2023. Isabela Fernandes Andrade-Reitora

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2023 - UASG 154047

Nº Processo: 23110038410202386. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA ATENDIMENTO DE AULAS PRÁTICAS, VISITAS TÉCNICAS OU EVENTOS NO TERRITÓRIO NACIONAL E/ou PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 24/01/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Rua Gomes Carneiro Num. 01, - Pelotas/RS ou <https://www.gov.br/compras/edital/154047-5-00084-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 24/01/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/02/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

PAULO AFONSO HARTMANN ALMEIDA
 Pregoeiro

(SIASGnet - 22/01/2024) 154047-15264-2024NE800109

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

EDITAL Nº 2 UFPI, DE 22 DE JANEIRO DE 2024

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPI,

NA MODALIDADE PRESENCIAL E À DISTÂNCIA, POR MEIO DO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SiSU) PARA O ANO DE 2024

O Reitor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no uso de suas atribuições, considerando a Resolução CONSUN/UFPI nº 1, de 15 de março de 2011 (adesão ao SiSU); as Portarias Normativas MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 (reserva de vagas) e suas alterações; nº 21, de 5 de novembro de 2012 (SiSU) e suas alterações; nº 19, de 6 de novembro de 2014; nº 9, de 5 de maio de 2017; nº 541, de 5 de junho de 2018; nº 1.117, de 1º de novembro de 2018; nº 493, de 22 de maio de 2020; nº 2.027 de 16 de novembro de 2023. Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023; os Decretos nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (ingresso) e suas alterações, nº 9.034, de 20 de abril de 2017, nº 11.781, de 14 de novembro de 2023; as Leis nº 12.711, de 20 de agosto de 2012 (ingresso); nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; nº 14.723, de 13 de novembro de 2023; o Edital SESU/MEC nº 15, de 31 de outubro de 2023 e suas alterações, relativo à adesão ao SiSU para o ano de 2024, nº 22, de 26 de dezembro de 2023, relativo ao processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada - SiSU referente à edição de 2024, a Resolução CEPEX/UFPI nº 629, de 22 de janeiro de 2024, torna pública a seleção de candidatos para preenchimento das vagas oferecidas para os cursos de graduação da UFPI, na modalidade presencial e à distância, nos Campi de Teresina, Picos, Floriano e Bom Jesus, para ingresso no primeiro e segundo semestre letivo de 2024, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de 2024. 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. Este Edital rege o processo seletivo para ingresso nas vagas dos cursos de graduação da UFPI destinadas aos candidatos inscritos no Sistema de Seleção Unificada de 2024 (SiSU/UFPI 2024), considerando as opções de Ampla Concorrência (AC) e Ações Afirmativas (cotas), com base exclusivamente no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) referente ao ano de 2023. 1.2. As informações a respeito das vagas ofertadas pela UFPI estão acessíveis no Termo de Adesão desta Instituição ao SiSU, publicado na página eletrônica da UFPI (www.ufpi.br/sisu-cspe). 1.3. No Termo de Adesão constam as seguintes informações: A) relação dos cursos, turnos, vagas e modalidades;

GISELENE WALTER DA SILVA

B) vagas reservadas para políticas de ações afirmativas (cotas), em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, observadas as alterações introduzidas pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023; C) pesos e notas mínimas estabelecidas pela UFPI referentes às provas do Enem, para cada curso e turno; D) os documentos necessários para a realização da matrícula institucional dos estudantes selecionados, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos pela Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e alterações. 1.4. A inscrição no SiSU deverá ser efetuada seguindo os procedimentos previstos na Portaria Normativa MEC nº 21, de 2012, e alterações e neste Edital. 1.5. A inscrição do candidato no processo seletivo do SiSU implica: a) a autorização para utilização pelo MEC e pela UFPI das informações constantes na sua ficha de inscrição, no seu questionário socioeconômico e nas notas por ele obtidas no Enem 2023; b) o conhecimento e concordância das normas estabelecidas nas Portarias Normativas MEC nº 18/2012 e nº 21/2012; e, c) o conhecimento e concordância do Termo de Adesão da UFPI ao SiSU e das normas e critérios estabelecidos neste Edital. 16. O cronograma de inscrição, seleção e matrícula dos candidatos, referente à chamada regular e para participação na Lista de Espera, seguirá o cronograma divulgado pela Secretaria de Educação Superior - SESU/MEC constante no Edital SESU/MEC nº 22, de 26 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União. 1.7. A UFPI publicará editais específicos para convocação dos candidatos aprovados na chamada regular e listas de espera, onde irão constar os prazos e procedimentos para fins de comprovação do atendimento dos requisitos para ocupação das vagas destinadas às políticas de ações afirmativas (cotas), bem como prazos e procedimentos para matrícula institucional e para os recursos. a) Os editais de convocação da Chamada Regular e Listas de Espera da UFPI, contendo os cronogramas e procedimentos de matrículas, serão divulgados na página da UFPI em: <https://ufpi.br/sisu-cspe>. 1.8. É de responsabilidade exclusiva do candidato: a) realizar a inscrição pelo portal do SiSU (<https://accessunico.mec.gov.br/>) e conferir as informações prestadas no momento da inscrição; b) verificar se cumpre os requisitos estabelecidos pela Instituição para concorrer às vagas destinadas às políticas de ações afirmativas (cotas), sob pena de caso selecionado, e não atender a tais exigências na sua totalidade, ser desclassificado e perder o direito à vaga; c) observar os procedimentos e prazos estabelecidos nas normas que regulamentam o SiSU, bem como verificar os documentos e procedimentos exigidos para a matrícula na Instituição; d) acompanhar, pelo portal do SiSU (<https://accessunico.mec.gov.br/>) e pela página eletrônica da UFPI (www.ufpi.br/sisu-cspe), eventuais alterações referentes ao processo seletivo do SiSU 2024; e) acompanhar as convocações da chamada regular e listas de espera pela página eletrônica da UFPI (www.ufpi.br e www.ufpi.br/sisu-cspe); e, f) realizar a submissão de documentos, acompanhar a análise, resultado e, se necessário, o recurso de solicitação de matrícula institucional, no sistema utilizado para essa finalidade por meio do endereço www.ufpi.br/matriculagraduacao, conforme prazos estabelecidos em Edital. 1.9. A UFPI reserva-se no direito de não enviar mensagem eletrônica e de não fazer, de qualquer outra forma, comunicação direta com os candidatos, sendo responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as convocações nas páginas eletrônicas da UFPI (www.ufpi.br/sisu-cspe ou www.ufpi.br). 1.10. Eventuais comunicados da UFPI acerca do processo seletivo do SiSU têm caráter meramente complementar, não afastando a responsabilidade do candidato de se manter informado acerca dos prazos e procedimentos estabelecidos nas convocações nas páginas eletrônicas da UFPI (www.ufpi.br/sisu-cspe ou www.ufpi.br); 1.11. Para os fins deste Edital, nos termos da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012, entende-se: a) por escola pública: a escola criada ou incorporada, mantida e administrada pelo poder público, de acordo com o art. 19, inciso I, da Lei nº 9.394, de 1996, nesse sentido, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711, de 2012) candidatos que tenham realizado o ensino médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, ou que, tenham cursado total ou parcialmente o Ensino Médio em escolas particulares, ainda que com bolsa de estudos parcial ou integral, ou candidatos(as) que tenham estudado em escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, que, nos termos do art. 19 da Lei 9.394/96, são consideradas instituições privadas de ensino, ainda que a escola cursada pelo(a) candidato(a) seja mantida por convênio com o poder público ou similares; b) por egresso de escola pública: o candidato que tenha cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escola pública, de acordo com a Lei nº 12.711, de 2012; c) por família (para aferição da renda familiar): a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, todas moradoras no mesmo domicílio, que contribuem para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar; d) por morador: a pessoa domiciliada na residência na data de inscrição do candidato no SiSU; e) por renda familiar bruta mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família, calculada na forma do disposto na Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012; e, f) por renda familiar bruta mensal per capita: a razão

entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família, calculada na forma do art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012. G)por pessoa com deficiência: aquela que, consoante a Linha de Corte do Grupo de Washington, tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do caput do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; h)por quilombola: remanescente das comunidades de quilombos pertencentes aos grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, nos termos do caput do art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

2. DAS VAGAS 2.1.Em conformidade com o Termo de Adesão, datado de 26 de dezembro de 2023, a UFPI oferece 5.264 (cinco mil, duzentas e sessenta e quatro) vagas para 88 (oitenta e oito) cursos de graduação, na modalidade presencial e EaD, para ingresso no ano letivo de 2024, distribuídas conforme tabela do Anexo I deste Edital. 2.2.As vagas oferecidas neste Edital serão distribuídas, conforme o Termo de Adesão referente à edição do SiSU 2024, seguindo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelos estudantes, por curso e turno, em: a)50% (cinquenta por cento) do total de vagas para Ampla Concorrência (AC); e, b)50% (cinquenta por cento) do total de vagas para as políticas de Ações Afirmativas (cotas). 2.3.Somente poderão ocupar as vagas oferecidas neste Edital os candidatos portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente. 2.4.Todos os candidatos concorrerão, inicialmente, às vagas disponibilizadas para ampla concorrência e, se não for alcançada nota para ingresso por meio dessa modalidade, passarão a concorrer às vagas reservadas aos candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública, nos termos da Lei nº 14.723, de 2023. 2.5.A UFPI adotará a sistemática de preenchimento de vagas que contemple primeiramente a classificação geral de todos os candidatos por notas, independentemente de modalidade de concorrência (ampla concorrência ou ações afirmativas), e, posteriormente, a classificação dos candidatos para as vagas reservadas à política de ações afirmativas. 2.6.Os candidatos que concorrerem às vagas reservadas para ações afirmativas (cotas), que na classificação geral referida no item 2.5, tenham nota para serem selecionados dentro do número de vagas ofertadas por curso e turno, serão classificados na modalidade de ampla concorrência. 2.7.Os candidatos que concorrerem às vagas reservadas para ações afirmativas (cotas) e não sejam selecionados nas vagas de ampla concorrência, serão classificados para preencher as vagas na seguinte ordem, conforme o Art. 14 da Portaria MEC nº 2.027, de 2023: I - (EP 2) integralmente em escola pública, independentemente de renda; II - (PCD 2) integralmente em escola pública, independentemente de renda, que sejam pessoas com deficiência; III - (Q 2) integralmente em escola pública, independentemente de renda, que se autodeclarem quilombolas; IV - (PPI 2) integralmente em escola pública, independentemente de renda, que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas; V - (EP 1) integralmente em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita; VI - (PCD 1) integralmente em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita, que sejam pessoas com deficiência; VII - (Q 1) integralmente em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita, que se autodeclarem quilombolas; e VIII - (PPI 1) integralmente em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita, que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas. 2.8.Para os cursos que oferecem vagas para os dois períodos letivos (2024.1 e 2024.2), a definição do período letivo de ingresso obedecerá a ordem de classificação dos candidatos em cada chamada, respeitando cada modalidade de vaga especificada no Anexo I deste Edital. 2.9.Não será permitida, em qualquer hipótese, a escolha do período letivo de ingresso pelo candidato, que será obrigatoriamente determinado em função da ordem classificatória. 2.10.No caso de não preenchimento das vagas reservadas para as ações afirmativas (cotas), as vagas remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, a autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública. 2.11.Caso não haja mais estudantes com perfil socioeconômico para ocupar as vagas reservadas para as ações afirmativas, as vagas restantes serão disponibilizadas aos estudantes da ampla concorrência. 2.12.As vagas destinadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas serão preenchidas, por curso e turno, em proporção no mínimo igual a de negros (pretos ou pardos) ou indígenas na população do Piauí, que atualmente é de 77,30% (setenta e sete vírgula trinta por cento), conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2.13.As vagas destinadas aos candidatos autodeclarados quilombolas serão preenchidas, por curso e turno, em proporção no mínimo igual a de quilombolas na população do Piauí, que atualmente é de 0,97% (zero vírgula noventa e sete por cento), conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2.14.As vagas destinadas aos candidatos com deficiência serão preenchidas, por curso e turno, em proporção no mínimo igual a de pessoas com deficiência na população do Piauí, que atualmente é de 10,28% (dez vírgula vinte e oito por cento), conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2.15.Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da média final no SiSU, em cada curso, dentro de cada uma das modalidades de vagas especificadas no Anexo I deste Edital, até o número de vagas ofertadas. 2.16.A média final do SiSU será utilizada como fator de classificação em todas as chamadas do SiSU, inclusive para os candidatos da Lista de Espera. 2.17.Não é permitido solicitar mudança ou desistência de Ação Afirmativa (cota) após o período de inscrição estabelecido no Edital SESU/MEC nº 22, de 26 de Dezembro de 2023, cabendo exclusivamente ao candidato analisar com atenção os requisitos e documentos exigidos para cada modalidade de concorrência antes de optar pelo grupo de inscrição. 2.18.Compete exclusivamente ao candidato se certificar de que cumpre os requisitos estabelecidos e de que dispõe da documentação de comprovação necessária para se beneficiar das Ações Afirmativas (cotas). 2.19.Perderá o direito à vaga o candidato que se declarar beneficiário de uma determinada Ação Afirmativa (cota) e que não apresentar a comprovação necessária no momento da matrícula, mesmo que a nota obtida seja suficiente para que o candidato consiga aprovação em outro grupo de concorrência. 2.20.No caso de não preenchimento das vagas por um determinado grupo de Ação Afirmativa (conforme Anexo I) com os candidatos desse grupo, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas pelos candidatos classificados de outro grupo de ação afirmativa ou modalidade.

3. DOS PROCEDIMENTOS E SUBMISSÃO DE DOCUMENTOS NO SISTEMA DE MATRÍCULA 3.1. Os procedimentos para a submissão de documentos deverão ser realizados conforme o tipo de vaga selecionado pelo candidato no momento da inscrição no SiSU. 3.2.O candidato selecionado para ocupar a vaga de ampla concorrência (AC) deverá submeter a Documentação Básica (Anexo III-A) para avaliação quanto à matrícula institucional no endereço www.ufpi.br/matriculagraduacao. 3.3.O candidato selecionado para ocupar a vaga reservada para políticas de ações afirmativas (cotas), primeiro deverá submeter documentação correspondente para análise nos respectivos sistemas de cotas (itens 3.5, 3.7, 3.9, 3.10 e/ou 3.11), no endereço www.ufpi.br/matriculagraduacao, conforme o tipo de vaga para o qual se inscreveu, e só após deferimento nos respectivos sistemas de cotas, deverá submeter documentação básica para avaliação quanto à matrícula institucional, no mesmo endereço www.ufpi.br/matriculagraduacao. 3.3.1.O resultado da análise de documentos do candidato selecionado para vagas reservadas às políticas de ações afirmativas (cotas) será registrado no sistema de matrícula (www.ufpi.br/matriculagraduacao) pela Comissão designada para cada tipo de cota. 3.3.2.O candidato deverá acompanhar, pelo endereço www.ufpi.br/matriculagraduacao, conforme prazo estabelecido no item 1.7 deste Edital, o resultado da avaliação da Comissão, para que possa proceder, se necessário, com o recurso ou com a submissão da documentação básica para avaliação quanto à matrícula institucional. 3.4.As vagas reservadas para egressos de escola pública poderão ser ocupadas somente por candidato que: a)comprovar ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escola pública brasileira, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, para isso o candidato deve apresentar o histórico escolar do ensino médio, atestando a frequência em escola pública; ou, b)tenha

obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, para isso o candidato deve apresentar o histórico escolar do ensino médio, atestando a frequência em escola pública, pois as notas obtidas nos exames de certificação não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame. 3.5.O candidato que pretenda fazer uso das prerrogativas da Lei nº 12.711, de 2012 e Lei nº 14.723, de 2023, facultadas à pessoa com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita, deverá acessar o Sistema de Matrícula (www.ufpi.br/matriculagraduacao) e preencher o Questionário Cota para Renda e anexar as documentações comprobatórias da renda indicada no Anexo II deste Edital, exclusivamente via sistema, no prazo estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital. 3.6.A conferência documental para fins de comprovação de renda é de responsabilidade de uma Comissão designada especialmente para este fim, coordenada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC/UFPI). a)Excepcionalmente, para subsidiar a avaliação dos documentos de renda dos candidatos, a Comissão designada poderá solicitar informações e/ou documentos complementares. 3.7.O candidato que pretenda fazer uso das prerrogativas facultadas à pessoa com deficiência pela Lei nº 13.409, de 2016, deverá acessar o Sistema de Matrícula (www.ufpi.br/matriculagraduacao) e preencher o Questionário Cota para Pessoa com Deficiência (Cota para Deficiência) e anexar os seguintes documentos, exclusivamente via sistema, no prazo estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital: a) Anexo IV - Formulário Caracterizador de Pessoa com Deficiência (preenchido e assinado pelo médico especialista no segmento da deficiência, constando CID, CRM/RQE (registro de qualificação de especialidade); b) Laudo médico que ateste deficiência permanente emitido por especialista no segmento da deficiência do/a candidato/a, constando CID, CRM/RQE (registro de qualificação de especialidade); c) demais documentos comprobatórios, que atestem a especificidade, o grau e o nível de deficiência, com expressa referência ao Código da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência. 3.8.As avaliações para fins de comprovação da deficiência são de responsabilidade de uma Comissão designada especialmente para este fim, coordenada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC/UFPI). a)Excepcionalmente, para subsidiar a avaliação dos documentos de deficiência dos candidatos, a Comissão designada poderá solicitar informações e/ou documentos complementares. O candidato que pretenda fazer uso das prerrogativas facultadas às pessoas autodeclaradas negras (pretos ou pardos) deverá acessar o Sistema de Matrícula (www.ufpi.br/matriculagraduacao) e preencher o Questionário para Etnia e Raça e anexar os seguintes documentos, exclusivamente via sistema, no prazo estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital: a) Anexo VI-A - autodeclaração Étnico-Racial, devidamente preenchida e assinada; b) duas fotos individuais recentes, tamanho máximo de 2MB (no formato JPG ou JPEG) com as seguintes características e orientações, conforme figuras ilustrativas: I - uma foto frontal e uma de perfil (de lado) colorida do pescoço para cima; II - boa iluminação; III - fundo branco; IV - sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outros; V - sem filtros de edição; VI - boa resolução; e, VII - preferencialmente tamanho 5cm x 7cm (ou superior). c) um vídeo individual recente, com no máximo 20MB (no formato MP4), que contenha de forma resumida sua autodeclaração, no qual o candidato deverá se apresentar segurando uma folha de papel A4 (29,7cm x 21,0cm), orientação paisagem, as seguintes informações: "nome completo do candidato", "número do CPF", me autodeclaro, "Preto ou Pardo, conforme o candidato"; no vídeo o candidato deverá expressar verbalmente (falar) a sua autodeclaração e deverá ser gravado com as seguintes características: I - boa iluminação; II - fundo branco; III - sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outros; IV - sem filtros de edição; e V - boa resolução. 3.8.1.O candidato inscrito nas vagas destinadas aos autodeclarados negros (pretos ou pardos), que por alguma deficiência ficar impossibilitado de fazer sua autodeclaração, poderá ser auxiliado por um terceiro durante a apresentação de seu vídeo. 3.8.2.O candidato com deficiência auditiva poderá fazer sua autodeclaração por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). 3.10.O candidato convocado nas vagas destinadas aos autodeclarados indígenas deverá acessar o endereço eletrônico www.ufpi.br/matriculagraduacao, no período estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital e anexar os seguintes documentos: a) Anexo VI-A - autodeclaração Étnico-Racial, devidamente preenchido e assinado; b) pelo menos 1 (um) dos documentos listados a seguir para procedimento de heteroidentificação a ser realizado pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial: I - Declaração de pertencimento étnico (Anexo VI-B), ou; II - registro de nascimento indígena, ou; III - carta de recomendação, emitida por liderança indígena reconhecida, ancião indígena reconhecido, personalidade indígena de reputação pública reconhecida ou órgão indigenista, ou; IV - histórico escolar emitido por escola indígena, ou; V - memorial de educação indígena (descrição dos percursos educativos indígenas, indicando o nível de apropriação da língua indígena). 3.11.O candidato convocado nas vagas destinadas aos autodeclarados quilombola deverá acessar o endereço eletrônico www.ufpi.br/matriculagraduacao, no período estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital e anexar os seguintes documentos: a) Anexo VI-A - autodeclaração Étnico-Racial, devidamente preenchido e assinado; e b) Anexo VI-B - Declaração de pertencimento étnico, devidamente preenchido e assinado.

4. DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS (PRETOS OU PARDOS), INDÍGENAS E QUILOMBOLAS 4.1.Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação da condição autodeclarada pelo candidato negro (preto ou pardo), indígena ou quilombola que será avaliada por uma Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial. 4.2.A Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial será nomeada pelo Reitor da UFPI atendendo ao critério de diversidade.

4.3.Os membros da Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial assinarão Termo atestando a inexistência de vínculos de parentesco ou de outra natureza com os candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), indígenas ou quilombolas que integram às listas de convocados para matrícula do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFPI do SiSU 2024 e também assinarão Termo de Confidencialidade sobre as informações dos candidatos às quais tiverem acesso durante o procedimento de heteroidentificação. 4.4.Obrigatoriamente, o candidato autodeclarado negro (preto ou pardo), indígena ou quilombola passará por um procedimento de heteroidentificação, a ser realizado por uma Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial, distribuída em bancas examinadoras constituídas por 3 (três) membros. 4.5.O procedimento de heteroidentificação ocorrerá no Sistema de Matrícula, no endereço eletrônico www.ufpi.br/matriculagraduacao, por meio da submissão dos documentos no Questionário para Etnia e Raça (Cota para pretos, pardos indígenas e quilombolas). 4.6.O candidato que não submeter a documentação ou não atender aos procedimentos previstos nos itens 3.9, 3.10 e 3.11 será desclassificado e perderá o direito à vaga. 4.7.A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade e será avaliada mediante procedimento de heteroidentificação. 4.8.O procedimento de heteroidentificação ocorrerá após o candidato submeter sua autodeclaração de negro (preto ou pardo), indígena ou quilombola e demais documentos mencionados nos itens 3.9, 3.10 ou 3.11, conforme prazo estabelecido no cronograma no item 1.7 deste Edital. 4.9.Em caso de dúvidas quanto à veracidade de documentos, fotos e vídeo submetidos, a UFPI poderá solicitar a realização de perícia e, comprovada qualquer adulteração, o candidato terá sua avaliação indeferida e perderá o direito à vaga. 4.10.Durante o procedimento de heteroidentificação dos candidatos às vagas reservadas para autodeclarados negros (pretos ou pardos), a Comissão considerará somente os seguintes itens: a) autodeclaração preenchida e assinada pelo candidato (Anexo VI-A); b) o critério fenotípico visível do candidato (cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, formato da boca e grossura dos lábios) para aferição da condição declarada pelo candidato, conforme item 3.9 deste Edital, a uma vaga reservada para negros (pretos ou pardos), sendo vedada a utilização de qualquer outro critério, excluído inclusive os da ancestralidade do candidato; c) não serão considerados quaisquer outros registros ou documentos diversos dos indicados no item 3.9 deste Edital, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em certames federais, estaduais, distritais e municipais ou em processos seletivos de qualquer natureza. 4.11.Durante o procedimento de heteroidentificação dos



candidatos às vagas reservadas para autodeclarados indígenas, a Comissão analisará os seguintes documentos: a) a autodeclaração preenchida e assinada pelo candidato (Anexo VI-A); b) a declaração de pertencimento à comunidade (Anexo VI-B); e/ou c) registro de nascimento indígena; e/ou d) carta de recomendação, emitida por liderança indígena reconhecida, ancião indígena reconhecido, personalidade indígena de reputação pública reconhecida ou órgão indigenista; e/ou e) histórico escolar emitido por escola indígena; e/ou f) memorial de educação indígena (descrição dos percursos educativos indígenas, indicando o nível de apropriação da língua indígena). 4.12. Durante o procedimento de heteroidentificação dos candidatos às vagas reservadas para autodeclarados quilombolas, a Comissão analisará os seguintes documentos: a) a autodeclaração preenchida e assinada pelo candidato (Anexo VI-A); b) a declaração de pertencimento à comunidade (Anexo VI-B); 4.13. O candidato poderá ter sua autodeclaração INDEFERIDA por manifestação da maioria dos membros da banca examinadora, pelos seguintes motivos: a) não atendimento aos critérios fenotípicos visíveis (cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, formato da boca e grossura dos lábios) obrigatório para homologação da autodeclaração de pretos ou pardos; b) ausência de autodeclaração como negro (preto ou pardo), indígena ou quilombola; c) não submissão dos documentos; d) não atendimento dos critérios estabelecidos nos itens 3.9, 3.10 ou 3.11 deste Edital; e) impossibilidade de identificação ou de realização da avaliação do candidato com base nas imagens do vídeo e nas fotografias apresentadas pelo candidato autodeclarado negro (preto ou pardo). 4.14. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informações falsas com o intuito de usufruir das vagas reservadas aos negros (pretos ou pardos), indígenas ou quilombolas estará sujeito à perda da vaga, se a informação com conteúdo falso for constatada após homologação do resultado pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial, antes ou depois da matrícula institucional e/ou curricular. 4.15. As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para o certame para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.

5. DOS RECURSOS 5.1. O indeferimento dos documentos submetidos, na fase inicial e na fase de recurso, será devidamente motivado, indicando-se no parecer da Comissão designada para cada tipo de cota, qual ou quais requisitos exigidos não foram atendidos. 5.2. Para assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa, o candidato que fez uso das prerrogativas facultadas aos egressos de escola pública, das prerrogativas facultadas à pessoa com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita e/ou das prerrogativas facultadas à pessoa com deficiência, conforme itens 3.5 e 3.7 deste Edital, e obteve sua solicitação INDEFERIDA pela Comissão designada especialmente para estes fins, poderá recorrer da decisão, conforme prazo estabelecido em cronograma. 5.3. Para assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa, o candidato que se autodeclarou negro (preto ou pardo) ou indígena e foi considerado INDEFERIDO pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial, poderá recorrer da decisão, uma única vez, conforme prazo estabelecido em cronograma. a) O procedimento de recurso implica em nova avaliação do candidato por outra Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial e seguirá o mesmo procedimento de heteroidentificação anteriormente realizado e ocorrerá no prazo estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital. b) Da decisão da Comissão de Recurso para análise do procedimento de heteroidentificação não caberá recurso. 5.4. O indeferimento do recurso impede a realização de matrícula Institucional na UFPI.

6. DA MATRÍCULA 6.1. A matrícula do candidato classificado ocorrerá em duas etapas: a) etapa I - Matrícula Institucional; b) etapa II - Matrícula Curricular. 6.2. A matrícula será exclusivamente on-line, tanto na etapa I, referente a Matrícula Institucional, quanto na etapa II, referente à Matrícula Curricular. 6.3. É obrigatório o acesso do candidato ao Sistema de Matrícula no endereço eletrônico www.ufpi.br/matriculagrduacao para efetivar a matrícula institucional e o cadastro e acesso ao SIGAA/UFPI para efetivar a matrícula curricular nos períodos definidos no Edital de Cronograma do SiSU e Calendário Acadêmico, respectivamente. 6.4. Caso a submissão de documentos e/ou matrícula seja realizada por um representante legal será exigida uma procuração para candidatos menores de 18 (dezoito) anos, independentemente do grau de parentesco do procurador com o candidato. 6.5. A representação do candidato dar-se-á, também, por procuração com firma reconhecida em cartório (ou reconhecida nos termos do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, e da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018). 6.6. A UFPI não se responsabiliza por possíveis problemas de comunicação que possam ocorrer em função de informações incorretas prestadas pelo candidato no ato da inscrição no SiSU ou na Matrícula Institucional ou na Matrícula Curricular, por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar a situação de sua inscrição.

7. DA MATRÍCULA INSTITUCIONAL 7.1. A matrícula institucional, etapa I da matrícula, corresponde à submissão da documentação dos candidatos classificados e convocados na chamada regular e nas listas de espera. 7.2. Todos os documentos submetidos devem ser digitalizados a partir do documento ORIGINAL. 7.3. O candidato classificado deverá acessar o endereço eletrônico www.ufpi.br/matriculagrduacao, no período estabelecido em cronograma, conforme item 1.7 deste Edital, e submeter documentação correspondente ao tipo de vaga para a qual concorreu, indicada no Anexo III, sendo que o Anexo III-A corresponde aos candidatos da Ampla Concorrência (AC) e os Anexos III-B a III-I correspondem aos candidatos das Ações Afirmitivas (cotas). 7.4. O sistema de matrícula, do endereço www.ufpi.br/matriculagrduacao, não é mobile; portanto, não recomendamos o acesso por meio de celulares, smartphones ou tablets, recomenda-se que o procedimento de matrícula seja realizado por meio de um computador (desktop ou notebook). 7.5. A matrícula institucional do candidato está condicionada à comprovação de atendimento dos requisitos legais e regulamentares pertinentes, em especial aqueles previstos nas Portarias Normativas MEC nº 18/2012 (reserva de vagas); nº 21/2012 (SiSU); nº 19/ 2014; nº 9/ 2017; nº 2.027/2023; os Decretos nº 7.824/2012 (ingresso); nº 9.034/ 2017; as Leis nº 12.711/2012 (ingresso); nº ANEXO I - EDITAL UFPI Nº 2/2024 - QUADRO DE VAGAS OFERTADAS PARA INGRESSO NO ANO DE 2024

13.409/2016, nº 14.723/2023 e alterações; o Edital SESU/MEC nº 15, de 31 de outubro de 2023 e alterações, relativo à adesão ao processo seletivo da edição de 2024 do SiSU, o Edital SESU/MEC nº 22, de 26 de Dezembro de 2023 e neste Edital e, se necessário, nas normas complementares às estabelecidas neste Edital. 7.6. Os candidatos que não submeterem a documentação básica indicada no Anexo III deste Edital, no prazo definido para submissão de documentos (nas opções de ampla concorrência e ações afirmativas-cotas), que não realizarem a solicitação de matrícula institucional ou que não atenderem aos requisitos exigidos estabelecidos neste Edital, serão desclassificados e perderão o direito à vaga. 7.7. Caso considere necessário, com a finalidade de verificar a veracidade das informações e a autenticidade dos documentos apresentados pelo candidato, a UFPI poderá: a) realizar entrevistas e visitas ao local de domicílio do candidato; b) realizar consultas a cadastros de informações socioeconômicas; e, c) solicitar ao candidato a apresentação de documentação comprobatória adicional. 7.8. Caso constatada qualquer irregularidade nas declarações e na documentação submetida pelo candidato no ato da inscrição no SiSU e no ato da matrícula institucional, mesmo que constatada em momento posterior à matrícula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, esta resultará no cancelamento de sua matrícula institucional na UFPI, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8. DA MATRÍCULA CURRICULAR 8.1. A matrícula curricular, etapa II da matrícula, é correspondente à matrícula nos componentes curriculares previstos no respectivo Curso. 8.2. A matrícula curricular deverá ser efetivada pelo discente, de forma on-line, por meio do portal discente no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas-SIGAA, em datas a serem divulgadas na página eletrônica da UFPI (www.ufpi.br), seguindo o Calendário Acadêmico da Graduação da UFPI vigente. 8.3. Para realizar a matrícula curricular, o aluno deve possuir acesso ao SIGAA/UFPI. Caso não possua, deverá fazê-lo através do link (www.sigaa.ufpi.br/sigaa/verTelaLogin.do) pela opção Aluno > Cadastre-se. 8.4. Instruções para matrícula curricular na UFPI, podem ser acessadas através do link (www.ufpi.br/matrícula-curricular-dpm). 8.5. O candidato classificado no SiSU de 2024 que efetivou matrícula institucional, se não efetivar a matrícula curricular no prazo estabelecido, conforme o Calendário Acadêmico da Graduação da UFPI, será considerado desistente.

9. DA LISTA DE ESPERA 9.1. As vagas eventualmente não ocupadas na chamada regular do SiSU (1ª convocação), referente à edição de 2024, serão preenchidas mediante utilização da lista de espera disponibilizada pelo SiSU, em sucessivas convocações, por meio de Edital divulgado nas páginas eletrônicas da UFPI (www.ufpi.br e www.ufpi.br/sisu-cspe). 9.2. Será considerado como limite para preenchimento das vagas relativas ao 1º e 2º semestre letivo de 2024: a) o prazo máximo referente à última etapa de matrícula curricular para os alunos do 1º semestre letivo de 2024, conforme Calendário Acadêmico da Graduação da UFPI vigente; b) as vagas disponibilizadas; e, c) cronograma da edição do SiSU 2024. 9.3. A UFPI não se obriga a realizar convocações dos candidatos que optaram pela participação na lista de espera do SiSU 2024, posteriores às datas estabelecidas no(s) cronograma(s) de chamada(s) para as vagas remanescentes no ano de 2024, em conformidade com o item 1.7 deste Edital. 9.4. Para constar na lista de espera, o candidato deverá obrigatoriamente confirmar no SiSU o interesse pela vaga, durante o período especificado no cronograma divulgado o Edital SESU/MEC nº 15, de 31 de outubro de 2023, relativo à adesão ao processo seletivo de 2024 SiSU, no Edital SESU/MEC nº 22, de 26 de Dezembro de 2023 e conforme item 1.6 deste Edital, a manifestação de interesse assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à vaga, estando sua matrícula condicionada à existência de vaga e ao atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares. 9.5. Os procedimentos para a chamada da lista de espera serão divulgados por meio de Edital nas páginas eletrônicas da UFPI (www.ufpi.br e www.ufpi.br/sisu-cspe), após o encerramento do prazo de manifestação de interesse para constar na lista de espera do SiSU, conforme especificado no item 1.6 deste Edital, pelo mesmo instrumento, a UFPI divulgará o quantitativo máximo de chamadas da lista de espera.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 10.1. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação-PREG/UFPI publicará nas páginas eletrônicas da UFPI (www.ufpi.br e www.ufpi.br/sisu-cspe), se necessário, normas complementares às estabelecidas neste Edital. 10.2. Todas as atividades relativas às matrículas institucional e curricular previstas neste Edital obedecerão ao horário vigente no estado do Piauí. 10.3. Não será permitida a permuta de turno entre ingressantes. 10.4. Não será permitido o trancamento do curso ou de componentes curriculares para ingressantes. 10.5. É vedada a matrícula institucional concomitante em cursos técnico-profissionalizantes, de graduação e pós-graduação stricto sensu da UFPI. 10.6. As atividades acadêmicas que só puderem ser ofertadas à luz do dia serão oferecidas diuturnamente em horário compatível com as atividades do aluno. 10.7. Nos termos do Decreto nº 9.094, de 2017, e da Lei nº 13.726, de 2018, poderá ser dispensada a obrigatoriedade de autenticação de documentos em cartório, podendo a autenticidade do documento, conforme o caso, ser firmada pelo próprio candidato. 10.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI). 10.9. Este Edital, e todos os seus anexos, estarão acessíveis na página eletrônica da UFPI (www.ufpi.br/sisu-cspe). 10.10. O candidato que necessitar tirar dúvidas e/ou obter mais informações gerais sobre o SiSU/UFPI, ou o procedimento de Heteroidentificação deve entrar em contato, exclusivamente por e-mail: duvidasisu@ufpi.edu.br. 10.11. O candidato que necessitar tirar dúvidas e/ou obter mais informações sobre os procedimentos de Cota renda, deve entrar em contato, exclusivamente por e-mail: cotarendaufpi@ufpi.edu.br. 10.12. O candidato que necessitar tirar dúvidas e/ou obter mais informações sobre os procedimentos de Cota pessoa com deficiência, deve entrar em contato, exclusivamente por e-mail: cotadeficiencia@ufpi.edu.br. 10.13. Este Edital entrará em vigor na data da publicação do Aviso de Edital no Diário Oficial da União.

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - CMPP (TERESINA)																
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmitiva (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
486	BACHARELADO EM ENFERMAGEM	EM MATUTINO VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	4,5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
516	BACHARELADO EM FARMÁCIA	MATUTINO VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	5	29	31	12	1	2	1	12	0	2	1	60
484	BACHARELADO EM MEDICINA	MATUTINO VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	6	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
488	BACHARELADO EM NUTRIÇÃO	MATUTINO VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	4,5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
485	BACHARELADO EM ODONTOLOGIA	EM MATUTINO VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	4,5	36	36	14	1	2	1	14	0	2	2	72
TOTAL CCS						182	190	74	5	13	5	74	0	13	6	372
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CCN																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmitiva (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
112454	BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA	EM MATUTINO VESPERTINO	E	1º semestre	4	17	17	23	8	1	2	1	8	0	2	40
513	BACHARELADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	MATUTINO VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	4	36	36	36	14	1	2	1	14	0	2	72
525	BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MATUTINO VESPERTINO	E	1º semestre	4	17	17	19	7	1	1	1	7	0	1	36
116402	BACHARELADO EM ESTATÍSTICA	NOTURNO		1º semestre	4	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50
518	BACHARELADO EM FÍSICA	MATUTINO VESPERTINO	E	1º semestre	4,5	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50

520	BACHARELADO EM MATEMÁTICA	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50
		VESPERTINO														
519	BACHARELADO EM QUÍMICA	MATUTINO	E	1º semestre	5	17	17	19	7	1	1	1	7	0	1	36
		VESPERTINO														
1105897	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MATUTINO	E	1º semestre	4	17	17	23	8	1	2	1	8	0	2	40
		VESPERTINO														
1105897	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO		2º semestre	5	17	17	23	8	1	2	1	8	0	2	40
1188908	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	NOTURNO		1º semestre	4	29	29	31	12	1	2	1	12	0	2	60
1188908	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	VESPERTINO		2º semestre	4	29	29	31	12	1	2	1	12	0	2	60
300518	LICENCIATURA EM FÍSICA	MATUTINO	E	1º semestre	5	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50
		VESPERTINO														
300518	LICENCIATURA EM FÍSICA	NOTURNO		2º semestre	5	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50
300520	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50
		VESPERTINO														
300520	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	NOTURNO		2º semestre	4	22	22	28	11	1	2	1	10	0	2	50
1105828	LICENCIATURA EM QUÍMICA	MATUTINO	E	1º semestre	4,5	17	17	23	8	1	2	1	8	0	2	40
		VESPERTINO														
1105828	LICENCIATURA EM QUÍMICA	NOTURNO		2º semestre	5	17	17	23	8	1	2	1	8	0	2	40
TOTAL CCN						367	447	169	17	32	17	162	0	32	18	814

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)										TOTAL
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2	EP 2		
18373	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
		VESPERTINO														
18373	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	NOTURNO		2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
490	BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NOTURNO		1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
490	BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	VESPERTINO		2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
492	BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS	VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	4	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
1154629	BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA	NOTURNO		1º semestre	4	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40
498	BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	MATUTINO	E	1º semestre	4	12	18	7	1	1	1	6	0	1	1	30
		VESPERTINO														
491	BACHARELADO EM DIREITO	MATUTINO	E	1º semestre	5	27	29	11	1	2	1	11	0	2	1	56
		VESPERTINO														
491	BACHARELADO EM DIREITO	NOTURNO		1º semestre	5	27	29	11	1	2	1	11	0	2	1	56
497	BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	VESPERTINO	E	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
496	LICENCIATURA EM FILOSOFIA	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
		VESPERTINO														
495	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
		VESPERTINO														
495	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	NOTURNO		2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
494	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
		VESPERTINO														
494	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	NOTURNO		2º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
56030	LICENCIATURA EM LETRAS - INGLÊS	MATUTINO	E	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
		VESPERTINO														
22128	LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS	MATUTINO	E	1º semestre	5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
		VESPERTINO														
32832	LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	MATUTINO		1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
32832	LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	NOTURNO		2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50
1105815	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	MATUTINO	E	1º semestre	4	10	16	6	1	1	1	5	0	1	1	26
		VESPERTINO														
TOTAL CCHL						440	548	213	20	39	20	197	0	39	20	988

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "Professor Mariano da Silva Neto" - CCE																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)										TOTAL
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2	EP 2		
22129	BACHARELADO EM JORNALISMO	MATUTINO	E	1º e 2º semestres	4	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		VESPERTINO														
116404	BACHARELADO EM MODA, DESIGN E ESTILISMO	NOTURNO		1º semestre	4,5	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40
116404	BACHARELADO EM MODA, DESIGN E ESTILISMO	VESPERTINO		2º semestre	4,5	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40
73192	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	MATUTINO		1º e 2º semestres	4,5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
73192	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	VESPERTINO		1º e 2º semestres	4,5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
73192	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	NOTURNO		1º e 2º semestres	4,5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
TOTAL CCE						190	210	80	6	16	6	80	0	16	6	400

CENTRO DE TECNOLOGIA - CT																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)										TOTAL
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2	EP 2		
517	BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO	MATUTINO	E	1º e 2º semestres	5	29	31	12	1	2	1	12	0	2	1	60
		VESPERTINO														
512	BACHARELADO EM ENGENHARIA CIVIL	MATUTINO	E	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		VESPERTINO														
499	BACHARELADO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA	MATUTINO, VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	5	29	31	12	1	2	1	12	0	2	1	60
		NOTURNO														
1178392	BACHARELADO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS	MATUTINO, VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		NOTURNO														
116406	BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	MATUTINO, VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		NOTURNO														
116408	BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA	MATUTINO, VESPERTINO	E	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		NOTURNO														
116410	BACHARELADO EM ENGENHARIA MECÂNICA	MATUTINO	E	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		VESPERTINO														
TOTAL CT						253	267	104	7	19	7	104	0	19	7	520

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)										TOTAL
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2	EP 2		
508	BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRÔNOMICA	MATUTINO	E	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80
		VESPERTINO														



504	BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80	
1475874	BACHARELADO EM ZOOTECNIA	MATUTINO, VESPERTINO NOTURNO	1º e 2º semestres	5	39	41	16	1	3	1	16	0	3	1	80	
TOTAL CCA						117	123	48	3	9	3	48	0	9	3	240
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA - CEAD																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
1599863	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS	EAD	1º e 2º semestres	3	75	75	30	1	4	3	29	0	4	4	150	
1600646	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE DADOS	EAD	1º e 2º semestres	3	75	75	30	1	4	3	29	0	4	4	150	
TOTAL CEAD						150	150	60	2	8	6	58	0	8	8	300
COLÉGIO TÉCNICO DE TERESINA - CTT/EBTT - CAMPUS DA SOCOPO (TERESINA)																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
1599517	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA	VESPERTINO	1º semestre	3,5	7	13	4	1	1	1	4	0	1	1	20	
TOTAL CTT/EBTT - 1º Semestre						7	13	4	1	1	1	4	0	1	1	20
TOTAL CMPP/ SOCOPO (CAMPUS-SEDE)						1706	1948	752	61	137	65	727	0	137	69	3.654
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB (PICOS)																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
99870	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	MATUTINO E VESPERTINO	1º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
99870	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	EM NOTURNO	2º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
99864	BACHARELADO EM ENFERMAGEM	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	4,5	29	31	12	1	2	1	12	0	2	1	60	
1342610	BACHARELADO EM MEDICINA	MATUTINO E VESPERTINO	2º semestre	6	12	18	7	1	1	1	6	0	1	1	30	
102580	BACHARELADO EM NUTRIÇÃO	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	4,5	50	50	20	1	3	1	20	0	3	2	100	
102590	BACHARELADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	4	50	50	20	1	3	1	20	0	3	2	100	
99860	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	1º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
99860	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MATUTINO E VESPERTINO	2º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
104018	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	MATUTINO E VESPERTINO	1º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
104018	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	NOTURNO	2º semestre	4,5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
94086	LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS	NOTURNO	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
102588	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	NOTURNO	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
102588	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	MATUTINO E VESPERTINO	2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
33221	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	NOTURNO	1º semestre	5	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
TOTAL CSHNB						361	429	169	14	29	14	158	0	29	16	790
CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS - CPCE (BOM JESUS)																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
99916	BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRÔNOMICA	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	5	50	50	20	1	3	1	20	0	3	2	100	
99718	BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	5	50	50	20	1	3	1	20	0	3	2	100	
102675	BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	5	50	50	20	1	3	1	20	0	3	2	100	
99722	BACHARELADO EM ZOOTECNIA	MATUTINO, VESPERTINO NOTURNO	1º e 2º semestres	5	50	50	20	1	3	1	20	0	3	2	100	
99714	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	VESPERTINO	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
99714	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
TOTAL CPCE						244	256	102	6	16	6	100	0	16	10	500
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL - CAFS (FLORIANO)																
CÓDIGO CURSO e-MEC	CURSO	TURNO	OFERTA	DURAÇÃO MÍNIMA (ano)	Ampla Concorrência (AC)	Tipo de Ação Afirmativa (AA)								TOTAL		
						Total AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2		EP 2	
116640	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	MATUTINO E VESPERTINO	1º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
116640	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	EM NOTURNO	2º semestre	4	22	28	11	1	2	1	10	0	2	1	50	
116632	BACHARELADO EM ENFERMAGEM	MATUTINO E VESPERTINO	1º e 2º semestres	5	29	31	12	1	2	1	12	0	2	1	60	
116638	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MATUTINO E VESPERTINO	1º semestre	4,5	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40	
116638	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOTURNO	2º semestre	4,5	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40	
116642	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	NOTURNO	1º semestre	4	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40	
116642	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	MATUTINO E VESPERTINO	2º semestre	4	17	23	8	1	2	1	8	0	2	1	40	
TOTAL CAFS						141	179	66	7	14	7	64	0	14	7	320
MODALIDADE DE VAGAS						AC	AA	PPI 1	Q 1	PCD 1	EP 1	PPI 2	Q 2	PCD 2	EP 2	AC + AA
TOTAL UFPI (CMPP + CSHNB + CPCE + CAFS)						2454	2812	1089	88	196	92	1049	0	196	102	5.264

LEGENDA: AC: Ampla Concorrência. AA: Ação Afirmativa (PPI 1, Q 1, PCD 1, EP 1, PPI 2, Q 2, PCD 2 e EP 2). RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1 SALÁRIO MÍNIMO PPI 1: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Q 1: Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). PCD 1: Candidatos com deficiência, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). EP 1: Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). INDEPENDENTEMENTE DA RENDA PPI 2: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Q 2: Candidatos autodeclarados quilombolas, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). PCD 2: Candidatos com deficiência, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). EP 2: Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).



ANEXO II - Documentação para comprovação de renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo

1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do documento original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) O candidato deverá acessar o SISTEMA DE MATRÍCULA DA GRADUAÇÃO pelo endereço eletrônico: www.ufpi.br/matriculagraduacao, acessar o Questionário Cota para Renda para preenchimento das informações e inserção da documentação listada a seguir; 3) Caso o candidato e/ou membros familiares tenham mais de uma renda (formais ou informais), deverão ser apresentados comprovantes referentes a todas estas atividades; LISTA DE DOCUMENTOS: OBSERVAÇÃO 1: Para grupo familiar e ou membro do grupo familiar que possua como única fonte de renda, benefícios sociais (como por exemplo, antigo bolsa família - Auxílio Brasil), deverá ser anexado a DECLARAÇÃO PARA MAIORES DE 18 ANOS SEM RENDA (Anexo X) e o comprovante do último saque de benefício, constando nome do beneficiário, origem do benefício, valor recebido e data atualizada. OBSERVAÇÃO 2: Não serão aceitos imagens do cartão magnético como comprovante de recebimento do antigo Bolsa Família - Auxílio Brasil, nem o saldo e extrato bancários de conta corrente. OBSERVAÇÃO 3: A Comissão poderá solicitar durante todo o processo de avaliação, a apresentação de documentos comprobatórios adicionais, que julgue necessário. 4) Folha Resumo do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, desde que devidamente assinada ou com autenticação eletrônica (disponível no endereço eletrônico indicado a seguir: https://meucadunico.cidadania.gov.br/meu_cadunico/, válida e emitida nos últimos dois anos, para o candidato que possuir registro no CadÚnico para Programas Sociais; 5) Certidão de Nascimento ou RG (Registro Geral) para os membros menores de 18 anos; 6) CPF e RG de todos os membros da família maiores de 18 anos (incluindo o candidato) que dependam e/ou contribuam para a renda familiar que residem no domicílio do candidato; 7) Declaração de imóvel cedido, para a família que reside em domicílio cedido por terceiros (anexo VII, deste Edital); 8) Comprovação de Estado Civil: Certidão de Casamento; ou Declaração de União Estável (conforme Anexo VIII, deste Edital); ou Declaração de separação de União Estável (conforme Anexo VIII, deste Edital); ou Averbação de divórcio; ou Separação judicial, quando for o caso; ou Certidão de óbito do cônjuge/companheiro(a), quando for o caso; 9) Comprovante de renda relativo aos três últimos meses anteriores à data da matrícula de cada membro familiar com idade igual ou superior a 18 anos, para quem possui renda; 10) Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, de cada membro familiar, quando houver, caso não possua conta bancária deverá apresentar a declaração de não titularidade bancária (Anexo IX, deste Edital); 11) Declaração atualizada (Anexo X, deste Edital) da qual constem os dados de identificação, bem como a afirmação de que não possui rendimentos e que não exerce nenhuma atividade remunerada, de cada membro familiar com idade igual ou superior a 18 anos, para quem NÃO possui renda; 12) Documento de concessão do Seguro Desemprego constando o valor, a quantidade e vigência das parcelas, para quem recebe Seguro Desemprego; 13) Carteira de trabalho de todos os membros da família com idade igual ou superior a 18 anos, inclusive do candidato, obrigatoriamente das seguintes páginas: folha da foto (frente e verso), todas as folhas destinadas ao registro de Contrato de Trabalho que estejam preenchidas, seguidas da próxima que esteja em branco, e a folha de alteração de Salário mais atual, quem nunca teve a carteira assinada deve apresentar folha da foto (frente e verso) e da 1ª folha destinada ao registro de Contrato de Trabalho. Pessoas que tenham mais de uma carteira devem apresentar todas, conforme orientação acima. Quem não possui Carteira de Trabalho, deve apresentar declaração conforme Anexo XI, deste Edital; 14) Documentos comprobatórios de todas despesas que possuir no domicílio, referente ao mês anterior à matrícula institucional, para cada membro familiar: conta de água; taxa de condomínio; conta de energia elétrica; conta de telefone; conta de internet; comprovante de aluguel; carnê do IPTU; boleto de Financiamento Habitacional (ex.: contrato de financiamento; boleto ou extrato bancário comprovando o valor e a vigência do financiamento); comprovante de mensalidade (escola, faculdade, cursos, dentre outros). OBSERVAÇÃO: Caso os comprovantes de despesa não estejam em nome de nenhum componente do núcleo familiar, anexar todos os comprovantes atualizados e justificar o motivo de estar em nome de terceiros; 15) Documentação de acordo com o perfil de renda, incluindo as recomendações da Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e alterações: 15.1) TRABALHADORES ASSALARIADOS: 15.1.1. Contracheques dos últimos três meses; OU, 15.1.2. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-DIRPF (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.1.3. CTPS registrada e atualizada, constando obrigatoriamente, folha da foto (frente e verso), todas as folhas destinadas ao registro de Contrato de Trabalho que estejam preenchidas, seguidas da próxima que esteja em branco, e a folha de Alteração de Salário mais atual. Pessoas que tenham mais de uma carteira devem apresentar todas, conforme orientação acima; OU, 15.1.4. Carnê do INSS com recolhimento em dia; OU, 15.1.5. Declaração de renda atualizada do empregador ou do sindicato ou do órgão-gestor de mão de obra ao qual esteja vinculado(a) constando cargo, salário do(a) empregado(a) e a data da contratação, no caso de empregada doméstica. 15.2. ATIVIDADE RURAL: 15.2.1. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-DIRPF (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.2.2. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIRPJ (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.2.3. Declaração de renda atualizada com a média dos últimos três meses anteriores à data da matrícula do Sindicato Rural, Associação ou Cooperativa constando CNPJ, endereço e telefone da sede do sindicato/associação/cooperativa, nome do agricultor/pescador e valor mensal da renda familiar deste e atividade desenvolvida, devendo estar assinada e carimbada pelo presidente do sindicato/associação/cooperativa e Notas fiscais de vendas dos três últimos meses; OU, 15.2.4. Declaração de renda atualizada com a média dos últimos três meses anteriores à data da matrícula da Secretaria Municipal de Agricultura, constando nome do(s) agricultor(es), atividade desenvolvida e rendimento mensal, devendo estar assinada e carimbada pelo Secretário Municipal de Agricultura e Notas fiscais de vendas dos três últimos meses; OU, 15.2.5. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso; 15.2.6. Declaração de renda atualizada com média mensal dos últimos três meses anteriores à data da matrícula (conforme Anexo XII, deste Edital) com identificação do trabalhador autônomo, na qual conste o tipo de atividade e rendimentos mensais. 15.3. PARA BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUEM RECEBE APOSENTADORIA, PENSÃO POR MORTE, AUXÍLIO DOENÇA, SEGURO DEFESO, ENTRE OUTROS): 15.3.1. Extrato mais recente do pagamento de benefício constando nome do beneficiário, origem do benefício, data e valor; OU, 15.3.2. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-DIRPF (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.3.3. Comprovante de Detalhamento de Crédito do INSS, obtido por meio de consulta no endereço eletrônico <https://meu.inss.gov.br/index.html#/login> OBSERVAÇÃO: Não serão aceitas fotos de cartão magnético como comprovante de aposentadoria ou pensão, nem o saldo e extrato bancários de conta corrente. 15.4. PARA TRABALHADORES AUTÔNOMOS (BICOS) OU EVENTUAIS OU PRESTADORES DE SERVIÇOS: 15.4.1. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.4.2. Quaisquer declarações tributárias referentes a Pessoas Jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso; OU, 15.4.3. Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada; OU, 15.4.4. Declaração de renda atualizada com média mensal dos últimos três meses anteriores à data da matrícula (conforme Anexo XII, Edital UFPI) com identificação do trabalhador autônomo, na qual conste o tipo de atividade e rendimentos mensais. 15.5. PARA QUEM POSSUI RENDA PROVENIENTE DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL: 15.5.1. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-DIRPF (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.5.2. Contrato de locação, no qual conste nome do locador, locatário, período de vigência do contrato e valores; OU, 15.5.3. Declaração de renda por imóvel alugado (conforme Anexo XIV, deste Edital) com dados de identificação do proprietário do imóvel, valor da renda por aluguel, data e assinatura. 15.6. PARA EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS: 15.6.1. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-DIRPF (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.6.2. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIRPJ) e Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (todas as páginas, inclusive os recibos de Entrega) referentes ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada; OU, 15.6.3. Microempreendedor Individual: Declaração Anual do Simples Nacional DASN-SIMEI 2022 e Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (todas as páginas, inclusive o Recibo de Entrega) referente ao ano calendário de 2022 ou de 2023, de acordo com a data de convocação, será exigida a última declaração enviada. 15.7. PARA QUEM RECEBE PENSÃO ALIMENTÍCIA E/OU AJUDA DE TERCEIROS: 15.7.1. Decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública determinando o pagamento de pensão alimentícia, na qual conste o valor recebido; OU, 15.7.2. Declaração atualizada com a média dos últimos três meses anteriores à data da matrícula (conforme Anexo XIII, deste Edital) de quem recebe a Pensão Alimentícia e/ou Ajuda de Terceiros, na qual conste o valor recebido.

ANEXO III - A DOCUMENTAÇÃO Vaga AC: Candidatos da Ampla Concorrência

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS APROVADOS EM AMPLA CONCORRÊNCIA: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; 8) Candidatos estrangeiros deverão apresentar: documentos estrangeiros autenticados pela Autoridade Consular Brasileira, no país de origem, e acompanhados da respectiva tradução oficial; cópia do Passaporte ou RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), acompanhado do original, com visto de permanência válido e parecer de equivalência de estudos do Ensino Médio emitido pela Secretaria de Educação, referente a estudos realizados no todo ou em parte, no exterior. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe.

ANEXO III - B DOCUMENTAÇÃO Vaga PPI 1: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/12) Escola pública Pretos, pardos ou indígenas Baixa Renda

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalte-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA PARA AUTODECLARADOS PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão de Autodeclaração Étnico-Racial da UFPI (Comissão de Heteroidentificação), conforme procedimento disponível na página eletrônica da UFPI: www.ufpi.br/sisu-cspe e neste Edital; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA COMPROBATÓRIA DA RENDA FAMILIAR: 11) Resultado deferido emitido pela Comissão designada para a conferência documental das cotas de renda, coordenada pela PRAEC/UFPI, conforme orientações deste Edital. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - C DOCUMENTAÇÃO Vaga Q 1: Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/12) Escola pública Quilombola Baixa Renda

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalte-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens



e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA AUTODECLARADOS QUILOMBOLAS: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial da UFPI (Comissão de Heteroidentificação), conforme procedimento disponível na página eletrônica da UFPI: www.ufpi.br/sisu-cspe e neste Edital; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA COMPROBATÓRIA DA RENDA FAMILIAR: 11) Resultado deferido emitido pela Comissão designada para a conferência documental das cotas de renda, coordenada pela PRAEC/UFPI, conforme orientações deste Edital. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - D - DOCUMENTAÇÃO Vaga PCD 1: Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Leis nº 12.711/2012 e 13.409/2016). Escola pública Baixa Renda Pessoa com Deficiência.

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalta-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA COMPROBATÓRIA DA RENDA FAMILIAR: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão designada para conferência documental das cotas de renda coordenada pela PRAEC/UFPI, conforme orientações deste Edital; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA COMPROBATÓRIA DA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA: 11) Resultado deferido emitido pela Comissão de Avaliação coordenada pela PRAEC/UFPI para fins de comprovação de pessoa com deficiência, conforme orientações deste Edital. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - E - DOCUMENTAÇÃO Vaga EP 1: Candidatos que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Leis nº 12.711/2012 e 13.409/2016). Escola pública Independente de renda - DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalta-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA COMPROBATÓRIA DA RENDA FAMILIAR: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão designada para conferência documental das cotas de renda coordenada pela PRAEC/UFPI, conforme orientações deste Edital; OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - F DOCUMENTAÇÃO Vaga PPI 2: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/12-MEC), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/12) Escola pública Pretos, pardos ou indígenas independente de renda. DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalta-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA AUTODECLARADOS PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial da UFPI (Comissão de Heteroidentificação), conforme procedimento disponível na página eletrônica da UFPI: www.ufpi.br/sisu-cspe e neste Edital. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - G DOCUMENTAÇÃO Vaga Q 2: Candidatos autodeclarados quilombolas que, independente de renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/12) Escola pública Quilombolas independente de renda DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalta-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA AUTODECLARADOS PRETOS, PARDOS, INDÍGENAS OU QUILOMBOLAS: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão de Validação de Autodeclaração Étnico-Racial da UFPI (Comissão de Heteroidentificação), conforme procedimento disponível na página eletrônica da UFPI: www.ufpi.br/sisu-cspe e neste Edital. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - H DOCUMENTAÇÃO Vaga PCD 2: Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Leis nº 12.711/2012 e 13.409/16). Escola pública Pessoa com Deficiência Independente de renda DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis; 2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outro, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalta-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA COMPROBATÓRIA DA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA: 10) Resultado deferido emitido pela Comissão de Avaliação coordenada pela PRAEC/UFPI para fins de comprovação da deficiência, conforme orientações deste Edital. OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO III - I DOCUMENTAÇÃO Vaga EP 2: Candidatos que independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/12) Escola pública Independente de renda DOCUMENTAÇÃO BÁSICA PARA TODOS OS CANDIDATOS COTISTAS: 1) Arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format - Formato Portátil de Documento) ou JPG ou JPEG (Joint Photographics Experts Group - arquivo de imagem) com tamanho máximo de 2MB cada (dois megabytes), o documento digitalizado deve ser feito a partir do original, frente e verso (quando for o caso), sendo responsabilidade do candidato observar se as imagens estão legíveis;



2) 1 (uma) fotografia 3x4 recente, digitalizada, com as seguintes características: foto frontal, colorida, do pescoço para cima, com boa iluminação, com fundo branco, sem maquiagem e adereços como óculos, bonés, chapéus, entre outros, sem filtros de edição e boa resolução; 3) Cédula de Identidade (frente e verso); 4) CPF: Cadastro de Pessoas Físicas ou comprovante de situação cadastral no CPF com código de controle do comprovante obtida na página eletrônica: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>, para o caso de a informação não constar no documento indicado no item "3"; 5) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral com certificação eletrônica obtida no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> (obrigatório para os candidatos maiores de 18 anos); 6) Prova de quitação com o Serviço Militar obtida no endereço eletrônico: <https://alistamento.eb.mil.br/lista-servicos> (obrigatório para candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos); 7) Certificado de Conclusão do Ensino Médio registrado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado emissor ou Certidão de Conclusão do Ensino Médio, expedida em papel timbrado da instituição de ensino e assinada por autoridade competente; DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA 8) Histórico Escolar do Ensino Médio comprovando ter estudado integral e exclusivamente em escola pública e atestando sua frequência. Ressalta-se que as notas obtidas nos exames de certificação com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, não comprovam frequência em escola pública, apenas o desempenho do candidato no exame; DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA DE AUTODECLARAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA: 9) Autodeclaração atestando ter cursado integral e exclusivamente o ensino médio em escolas públicas (Anexo V); OBSERVAÇÃO: Para efetuar Matrícula Institucional, o candidato classificado deverá adotar os trâmites de matrícula, conforme datas, horários e procedimentos estabelecidos no Edital da UFPI, disponível no endereço eletrônico: www.ufpi.br/sisu-cspe. Candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país, NÃO poderão concorrer às vagas da Lei de Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012).

ANEXO IV FORMULÁRIO CARACTERIZADOR DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA CONCORRÊNCIA EM RESERVA DE VAGAS (AÇÕES AFIRMATIVAS)

De acordo com o Decreto nº 3.298/1999, com a Instrução Normativa SIT/ MTE nº 98 de 15/08/2012 e o parecer CONJUR/MTE nº 444/2011, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, Lei 12.764/2012, Lei 13.146/2015 e Lei nº 13.409/2016, CONJUR MTE nº 444/2011, Lei Nº 8.048/2023 de 25 de maio de 2023 do Diário Oficial do Estado do Piauí.	
Nome: _____	
CPF: _____	CID: _____
Descrição detalhada das alterações físicas (anatômicas e funcionais), sensoriais, intelectuais e mentais: _____	
Descrição das limitações funcionais para atividades da vida social e educacional e dos apoios necessários: _____	
Assinalar a informação que melhor descreva a deficiência do avaliado e anexe o respectivo documento comprobatório:	
() I- Deficiência Física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, nanismo (altura: _____), outras (a especificar). Obs.: ANEXAR LAUDO DO ESPECIALISTA	() IV - Deficiência Intelectual - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas, tais como: a) - Comunicação; b) - Cuidado pessoal; c) - Habilidades sociais; d) - Utilização de recursos da comunidade; e) - Saúde e segurança; f) - Habilidades acadêmicas; g) - Lazer; h) - Trabalho. Idade de Início: _____ Obs.: ANEXAR LAUDO DO ESPECIALISTA.
() II- Deficiência Auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Obs.: ANEXAR AUDIOGRAMA	
() III- Deficiência Visual () cegueira - acuidade visual \leq 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; () baixa visão - acuidade visual entre 0,3 (20/60) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; () somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus. Obs.: ANEXAR LAUDO OFTALMOLÓGICO, UTILIZAR TABELA SNELLEN PARA AVALIAR ACUIDADE VISUAL.	() V- Transtorno de Espectro Autista (Lei 12.764/2012). A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Obs.: ANEXAR LAUDO DO ESPECIALISTA.
() III-A - Visão Monocular- conforme a Lei 14.126, de 26 de março de 2021: cegueira, na qual a acuidade visual com a melhor correção óptica é igual ou menor que 0,05 (20/400) em um olho(ou cegueira declarada por oftalmologista). OBS: ANEXAR LAUDO DO ESPECIALISTA.	() VI - Outra (a especificar): _____
() VII- Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências. (Assinalar cada uma acima)	
Conclusão: A pessoa está enquadrada nas definições dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com alterações do Dec. 5.296/2004, Lei 12.764/2012, de acordo com dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo Decreto nº. 6.949/2009 e recomendações da IN 98/SIT/2012, bem como as Leis nº 13.146/2015 e nº 13.409/2016.	
Eu, _____, médico especialista em _____, CRM/RQE _____, estou ciente de que, com base neste laudo, por mim assinado, o avaliado está sendo enquadrado na COTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA no Processo Seletivo para vagas em cursos de Graduação/Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí.	
Data: ASSINATURA/CARIMBO/CRM/RQE: _____	

ANEXO V AUTODECLARAÇÃO ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA Eu, _____, classificado(a) para ingresso na UFPI no ano letivo 2024, contemplado(a) pelo sistema de reservas de vagas, instituído pela Lei nº 12.711, de 2012, e ciente do conteúdo do Art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012, a saber: "Art. 9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis", declaro: Que cursei todo o ensino médio exclusiva e integralmente em escola pública do território nacional, não tendo frequentado nenhuma parte em escolas particulares ou qualquer outro tipo de escola que não seja da rede pública, mesmo gratuita. (Município) (dia) (mês) (ano) Assinatura

ANEXO VI - AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (Obrigatório para candidatos(as) inscritos(as) na modalidade de reserva de vagas dos(as) autodeclarados(as) negros(as) (pretos ou pardos), indígenas ou quilombolas) Eu, _____, documento de identificação civil nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, candidato(a) ao curso _____, no campus _____ declaro-me: [] Preto(a) [] Pardo(a) [] Indígena*: _____ (Informar o município ou comunidade indígena) [] Quilombola*: _____ (Informar o município ou comunidade quilombola) Declaro estar ciente que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo instituto. Desconsiderando o genótipo, ou seja, minha ascendência negra (pais, avós ou outro familiar), para fins de enquadramento na Lei 12.711, de 2012, e na Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012. Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso dos arquivos de foto e vídeo por mim submetidos à Comissão de Verificação de Autodeclaração Étnico-Racial da UFPI, para verificação das minhas características fenotípicas (conjunto de características físicas do indivíduo, tais como a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais), de maneira que possa ser conferida a veracidade da informação prestada por mim no ato de inscrição no processo seletivo. *Candidatos indígenas e quilombolas devem, respectivamente, apresentar os demais documentos descritos nos itens 3.9 e 3.10 deste Edital. _____, de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) Assinatura do candidato, quando maior de idade _____ Assinatura do responsável (candidato menor de 18 anos).

ANEXO VI - B DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO INDÍGENA OU QUILOMBOLA (Obrigatório para candidatos(as) inscritos(as) na modalidade de reserva de vagas dos(as) autodeclarados(as) indígenas ou quilombolas) Eu, _____, abaixo assinado(a), portador do CPF: _____, Identidade: _____ - Órgão Expedidor _____, residente e domiciliado (a) no endereço: _____, DECLARO, na qualidade de líder da Comunidade () Indígena ou () Quilombola denominada _____, localizada no município de _____ no estado _____, CEP: _____, nos termos das legislações vigentes, para fins de participação nas políticas de cotas étnico-raciais junto a Universidade Federal do Piauí que o(a) candidato(a) _____, portador(a) do RG nº _____ Órgão Expedidor _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço: _____ pertence à nossa Comunidade e mantém laços familiares, econômicos, sociais e culturais com nossa comunidade. Confirmamos serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012). Por ser expressão da verdade, datamos e assinamos esta declaração. _____, de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) Assinatura do candidato, quando maior de idade _____ Assinatura do responsável (candidato menor de 18 anos) Assinatura do líder indígena ou presidente da Associação Quilombola

ANEXO VII DECLARAÇÃO DE CASA CEDIDA

Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que resido em moradia cedida por _____, CPF nº _____, Grau de parentesco _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) Assinatura do/a Declarante _____ Assinatura do/a responsável pela cessão do imóvel Confirmo serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).

ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE UNIÃO OU SEPARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na _____ no bairro _____, CEP _____ e, (conjugue) _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____, juridicamente capazes, DECLARAMOS, cientes das penalidades da lei, que convivemos em () União Estável ou () Separação de União Estável desde _____/_____/_____, de natureza familiar, pública e duradoura com o objetivo de constituição da família nos termos dos artigos nº 1723, e seguintes, do Código Civil. Assim sendo, por ser o que foi aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assinamos esta Declaração para que surtam seus efeitos legais. _____, de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) Assinatura do/a Declarante _____ Assinatura do/a Declarante _____ Testemunha CPF nº: RG nº: _____ Testemunha CPF nº: RG nº: _____

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE NÃO TITULARIDADE BANCÁRIA Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que NÃO possuo conta bancária. _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) Assinatura do/a Declarante (Uma Declaração para cada membro do núcleo familiar que atenda a essa condição) Confirmo serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).

ANEXO X DECLARAÇÃO PARA MAIORES DE 18 ANOS SEM RENDA Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, sob as penas da lei, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, não possuir rendimentos ou exercer qualquer tipo de atividade remunerada, não contribuindo para a renda familiar. _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) Assinatura do/a Declarante (Uma Declaração para cada membro do núcleo familiar que atenda a essa condição) Confirmo serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).



ANEXO XI DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO

Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por, _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que NÃO possuo Carteira de Trabalho. _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) _____ Assinatura do/a Declarante (Uma Declaração para cada membro do núcleo familiar que atenda a essa condição) Confirmando serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).

ANEXO XII DECLARAÇÃO DE RENDA PARA TRABALHADORES AUTÔNOMOS (BICOS) Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por, _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, trabalhar de forma autônoma e exercer a profissão (atividade exercida) de _____, recebendo salário ou possuindo renda média mensal dos últimos três meses de R\$ _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) _____ Assinatura do/a Declarante (Uma Declaração para cada membro do núcleo familiar que atenda a essa condição) Confirmando serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).

ANEXO XIII DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E/OU AJUDA FINANCEIRA Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por, _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que recebo pensão alimentícia e/ou ajuda financeira de terceiros, sendo o valor médio dos últimos três meses de R\$ _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) _____ Assinatura do/a Declarante (Uma Declaração para cada membro do núcleo familiar que atenda a essa condição) Confirmando serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).

ANEXO XIV DECLARAÇÃO DE RENDA POR IMÓVEL ALUGADO Eu, _____, nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____, emitido por, _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____ Bairro _____ CEP _____, declaro, junto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que sou proprietário de imóvel e que recebo renda por meio de aluguel(éis) no valor de R\$ _____ de _____ de _____. (município) (dia) (mês) (ano) _____ Assinatura do/a Declarante (Uma Declaração para cada membro do núcleo familiar que atenda a essa condição) Confirmando serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula institucional do candidato, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejar o cancelamento da matrícula na Universidade Federal do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (de acordo com a Lei 12.711, de 2012, o Decreto 7.824, de 2012, e o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012).

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2024 - UASG 154048

Número do Contrato: 14/2021.
Nº Processo: 23111.034144/2021-60.
Pregão. Nº 7/2020. Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.
Contratado: 03.746.938/0013-87 - BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A. Objeto: O objeto do presente termo aditivo é a alteração subjetiva do instrumento original de contrato em razão da alteração da inscrição do cadastro nacional de pessoa jurídica - cnpj da empresa brs suprimentos corporativos s.a., que passará a atuar com a seguinte inscrição: 03.746.938/0013-87, conforme processo nº 23111.034144/2021-60. Vigência: 15/01/2024 a 20/02/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 1.001.242,23. Data de Assinatura: 15/01/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 15/01/2024).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

EXTRATO DE ENCERRAMENTO

CONTRATO Nº 1/2024. Processo Administrativo: 23116.002679/2022-93 Processo SEI: 23116.001730/2023-21. Permittente: Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Permittentária: R. Garcia & A. Sales Consultoria Empresarial Ltda. - INOVENTER. CNPJ: 42.911.542/0001-66. Objeto: Rescisão Amigável do Contrato Administrativo nº 046/2022 (Permissão de uso de infraestrutura referente a espaço físico, pertencente à Incubadora INNOVATIO, integrante do Parque Científico e Tecnológico - OCEANTEC para desenvolvimento e aperfeiçoamento do empreendimento de base tecnológica da incubada). Fundamento Legal: art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993. Data da Rescisão: a partir da data da assinatura. Data da assinatura: 23/01/2024. Diego D'Ávila da Rosa - PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - FURG

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

EDITAL Nº 18-PROGESP, DE 15 DE JANEIRO DE 2024

A PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Decreto nº 7.485/2011, que dispõe sobre a constituição de banco de Professor- Equivalente das Universidades Federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de Professor Substituto de que trata o inciso IV do artigo 2º da Lei de nº 8.745, de 09 de dezembro 1993; Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999; Decreto nº 4.748 de 16 de junho de 2003; Decreto nº 7.485 de 18 de maio de 2011; Decreto n. 9.739/19; Portaria - MEC nº 243 de 03 de março de 2011, no que couber, torna público a realização do processo seletivo simplificado para a contratação de Professor Substituto, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital e seus anexos, cabendo a sua execução à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através da comissão organizadora do processo seletivo, podendo para o fim publicar atos, avisos, convocações, comunicados e demais regulamentações.

1.2. O sítio eletrônico oficial do presente processo seletivo simplificado na Internet é <https://concursos.ufrb.br/>, opção Edital 18/2024- processo seletivo simplificado - Professor Substituto Para Letras-Libras que, doravante, neste Edital, será referenciado como "sítio eletrônico do concurso".

1.3. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção de informações referentes ao presente processo seletivo simplificado, no sítio eletrônico indicado no subitem 1.2, e no Diário Oficial da União, em particular, ao acompanhamento dos prazos e das possíveis atualizações do cronograma previsto do concurso, da realização das provas e da divulgação dos seus resultados.

1.4. Toda menção referente a horário neste Edital terá como referência o horário oficial de Boa Vista-Roraima.

1.5. As provas serão realizadas em Boa Vista - Roraima.

1.6. O presente Edital contém os seguintes anexos:

Anexo I - Cronograma do Edital;

Anexo II - Pontos para Prova Didática; e

Anexo III - Critérios de avaliação da Prova Didática e Análise Curricular;

1.7. O atendimento aos interessados no presente processo seletivo simplificado será feito pelos seguintes canais:

i. E-mail: progessupufr2020@gmail.com - indicando o nº do Edital no assunto; e

ii. Comissão organizadora do processo seletivo, localizada no Campus do Paricarana - Av. cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista -RR, no prédio da REITORIA, na Pró reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, com funcionamento de segunda- feira a sexta-feira, exceto em dias de feriado e pontos facultativos decretados pelo Reitor da Universidade, no horário de 08:30 às 11: 30 horas.

2 - DA ÁREA DE CONHECIMENTO/ DISCIPLINA, REMUNERAÇÃO, CLASSE, REGIME DE TRABALHO E VAGAS.

Quadro 1

Centro: Centro de Comunicação, Letras e Artes - CCLA.		SETOR: Coordenação do curso de Letras-Libras - CCLB		
Área de Atuação: Estudos da Tradução e Interpretação, Tradução e Interpretação em Língua de Sinais.				
Pré-Requisitos: Graduação em Letras-Libras, Letras, Estudos da Tradução ou Áreas afins.				
Remuneração: R\$ 3.412,63				
Classe: Professor substituto	Regime de Trabalho: 40 horas	Lotação: CCLB/CCLA	Vagas: 02	Limite aprovados 11

2.1. As remunerações especificadas no Quadro acima poderão ser acrescidas dos valores do Auxílio Alimentação, Auxílio- transporte, Auxílio-saúde e Auxílio Pré-Escolar, conforme dispuser a legislação vigente.

2.2. Além da área para a qual foi nomeado, o candidato deverá, a critério da chefia a qual estiver subordinado na UFRR, assumir disciplinas/aulas de áreas e subáreas correlatas desde que possua qualificação para tal.

2.3. As vagas previstas neste Edital poderão sofrer alterações para maior, dependendo das necessidades da Instituição e de prévia autorização do Ministério da Educação - MEC.

2.4. As vagas do presente Edital são para candidatos com o título de graduado conforme formação no quadro do item 2, não havendo possibilidade de progressão por titulação, por falta de amparo legal.

2.5. Sobre os valores brutos mensais expressos no campo REMUNERAÇÃO, incidem os descontos legais (PSS, IR e etc.), de conformidade com o Regime de Trabalho.

3 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para a contratação, aos seguintes requisitos gerais:

a) Ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e suas retificações;

b) Possuir, no mínimo, Diploma de Graduação, devidamente registrado e reconhecido pelo MEC, segundo a área de formação exigida pela Unidade para cada área. No caso de títulos obtidos no Exterior, anexar cópia autenticada do título já revalidado;

c) Não possuir contrato - como Professor Substituto ou Professor Visitante - nos termos da Lei nº 8.745/93, com exclusão no Sistema SIAPE inferior a vinte e quatro meses;

d) Não ser ocupante de cargo efetivo da carreira do magistério, de que trata a Lei nº 7.596/87;

e) Se servidor ocupante de cargo técnico ou científico da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, com comprovação formalmente a compatibilidade de horários;

f) Ser brasileiro, nato ou naturalizado, estrangeiro legalmente residente e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos;

